

## O Território como Componente Imperativo da Urbanização

*Territory as an Imperative Component of Urbanization*

*El Territorio como Componente Imperativo de la Urbanización*

Josué Alencar Bezerra<sup>1</sup>

Paloma Raulino Rodrigues<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este texto discute as mudanças territoriais sob o ponto de vista do processo de urbanização. O objetivo é explorar as complexas relações entre a urbanização do território, analisando como os padrões de expansão urbana influenciam a organização espacial na contemporaneidade. Nesta situação, formulamos a seguinte questão: de que maneira a urbanização acelerada está remodelando o território, levando em conta as dinâmicas complexas que emergem com o crescimento das áreas urbanas, afetando não somente o ambiente construído, mas também os sistemas socioeconômicos, culturais e ambientais? Por meio de uma metodologia qualitativa, buscou-se aprofundar as discussões teóricas por meio de uma revisão de literatura, seguindo o objetivo principal de examinar os efeitos das mudanças territoriais decorrentes da urbanização no território. Os indícios revelam um território com características multifacetadas, que podem refletir o que lhe é imposto ao longo do tempo, permitindo a entrada da urbanização com sua capacidade devastadora de alterar as relações já estabelecidas.

**PALAVRAS-CHAVES:** urbanização do território; disputas territoriais; economia urbana.

**ABSTRACT:** *This text discusses territorial changes from the point of view of the urbanization process. The objective is to explore the complex relationships between the urbanization of the territory, analyzing how patterns of urban expansion influence the spatial organization in contemporary times. In this situation, we formulate the following question: How is accelerated urbanization reshaping the territory, taking into account the complex dynamics that emerge with the growth of urban areas, affecting not only the built environment, but also socioeconomic, cultural and environmental systems? Using a qualitative methodology, we sought to deepen theoretical discussions through a literature review, following the main objective of examining the effects of territorial changes resulting from urbanization. The evidence indicates the characteristics of multiple faces of the territory, which may reflect what is imposed on it over time, allowing the entry of urbanization with its devastating capacity to alter already established relationships.*

**KEYWORDS:** *urbanization of territory; territorial disputes; urban economy.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Departamento de Geografia/Campus de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: josuebezerra@uern.br.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora substituta da instituição de ensino EEM Enéas Olímpio da Silva (Secretaria da Educação do Estado do Ceará). E-mail: palomaraulino@alu.uern.br.

**RESUMEN:** *Este texto analiza los cambios territoriales desde el punto de vista del proceso de urbanización. El objetivo es explorar las complejas relaciones entre la urbanización del territorio, analizando cómo los patrones de expansión urbana influyen en la organización espacial en la época contemporánea. Ante esta situación, nos formulamos la siguiente pregunta: ¿Cómo la urbanización acelerada está remodelando el territorio, teniendo en cuenta las complejas dinámicas que surgen con el crecimiento de las áreas urbanas, afectando no sólo el entorno construido, sino también los sistemas socioeconómicos, culturales y ambientales? Utilizando una metodología cualitativa, buscamos profundizar las discusiones teóricas a través de una revisión de la literatura, siguiendo el objetivo principal de examinar los efectos de los cambios territoriales resultantes de la urbanización en el territorio. La evidencia indica las características de múltiples facetas del territorio, que pueden reflejar lo que se le impone con el tiempo, permitiendo la entrada de la urbanización con su devastadora capacidad de alterar las relaciones ya establecidas.*

**PALABRAS-CLAVE:** *urbanización del territorio; disputas territoriales; economía urbana.*

---

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre o fenômeno da urbanização, processo que se deu ao longo da história, tem evidenciado sua força que influencia não só o ambiente tangível e construído, mas também a essência do imaterial existente no espaço geográfico, alterando as relações pré-existentes e estabelecendo novos arranjos produtivos (Mumford, 1998). Conforme a população urbana aumenta, as paisagens físicas e sociais passam por transformações frequentemente irreversíveis, impulsionadas pela força do capital.

É possível também considerar a importância das áreas urbanas e a função da cidade capitalista como espelho da sociedade contemporânea, particularmente ao se observar a intersecção de relações econômicas e políticas que a humanidade gera nesse ambiente. Os processos sociais estabelecem uma interação constante nas áreas urbanas, no contexto da construção das relações sociais que se conectam e estruturam o território.

Nesta situação, entende-se que a estruturação do espaço urbano obedece a uma sequência de necessidades geradas pelas demandas do capitalismo e, por que não, da sociedade. Assim, a lógica da produção do espaço urbano acaba se transformando e ganhando novos sentidos no território. Nota-se que a estruturação das cidades sempre segue as diretrizes de crescimento impulsionadas pelo capitalismo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, sendo este o principal elemento por gerar novas necessidades exigidas pelo mercado com o propósito de alcançar as áreas mais distantes do território (Harvey, 1985).

Portanto, a expansão urbana é impulsionada pelo crescimento das áreas correspondentes às cidades, considerando o atual modelo econômico como um agente produtor e modificador desse panorama. Por vezes, a expansão acelerada das áreas urbanas, impulsionada pelo capitalismo, acaba invadindo áreas de preservação ambiental e terrenos

acidentados, morros, barrancos e encostas, que acabam sendo suprimidos pelo crescimento urbano.

Este fenômeno pode ser caracterizado como um resultado do processo de desconcentração industrial, globalização e reestruturação industrial, diminuição dos ciclos econômicos e da própria exurbanização das atividades industriais (Beaujeu-Garnier, 1997).

Portanto, o urbano, com suas sutilezas contemporâneas, especialmente a sua influência no espaço em diversas escalas de transformação, é crucial para a compreensão do território. A cidade, enquanto produto concreto da urbanização, necessita de um território para sua reprodução, que ocorre ao longo de diversas etapas históricas.

Conforme destaca Dallabrida (2017, p. 159), "O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma captura e por redes sociais que desenham suas fronteiras [...]". Essa visão de desenvolvimento territorial evidencia a dinâmica multifacetada do território, propícia a mudanças e transformações, dependendo dos atores que o compõem.

Esta atitude destaca a complexidade das ações impulsionadas pela globalização econômica, que sugere o consumo da cidade. Nesse contexto, as mudanças territoriais atingem proporções incalculáveis com maior rapidez, gerando conflitos e disputas territoriais.

Um outro impacto significativo deste processo ocorre não apenas na transformação da paisagem, mas também na alteração dos padrões sociais e culturais das cidades e demais áreas sob sua influência. Na América Latina, a urbanização se dá de maneira abrupta e desordenada, particularmente no Brasil. Esse deslocamento súbito da população para as áreas urbanas resultou na transformação de uma realidade predominantemente rural em urbana (Cano, 1989).

A conexão entre o conteúdo urbano e o território pode atingir variados estágios, formas e perspectivas de percepção. Como relatado por Cano (2011, p. 130), "O processo de industrialização no Brasil, a partir da crise de 1929-1933, proporcionaria lenta expansão da urbanização nas décadas de 1930 e 1940, que seria acelerada na década seguinte". Dessa perspectiva, a urbanização no território avança em ritmos variados, conforme lhe é fornecido apoio para seu progresso.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças territoriais provocadas pela urbanização, considerando as configurações espaciais resultantes cenários que se assemelham à realidade brasileira. Isso envolve a seguinte questão problemática: De que maneira a atual fase da urbanização está remodelando o território, considerando a continuidade e/ou alterações no processo de urbanização?

Essas tendências desafiam as ideias convencionais e requerem um entendimento fundamentado em algumas áreas do saber para compreender a complexidade da urbanização do território e suas consequências para o desenvolvimento no cenário brasileiro. Isso nos

convida a ponderar sobre as consequências das mudanças territoriais decorrentes da urbanização nas últimas décadas.

Este trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira, buscou-se introduzir o debate acerca das contínuas mudanças que ocorrem no território, discutindo a definição de território para então entender as novas territorialidades. A segunda parte foi dedicada à análise do processo de urbanização atual.

O quadro metodológico do estudo prioriza uma metodologia qualitativa, observando o que Godoy (1995, p. 21) ressalta sobre essa abordagem: "[...] um fenômeno pode ser melhor entendido no contexto em que se manifesta e do qual faz parte, necessitando ser examinado sob uma visão integrada". Este trabalho interpreta essa dimensão através de uma revisão de literatura. Assim, a revisão de literatura neste estudo é compreendida como ferramenta metodológica central para construir uma visão integrada dos fenômenos investigados, sendo, portanto, parte constitutiva da abordagem qualitativa adotada.

Destacamos os principais autores que debatem a urbanização no Brasil (Santos, 1993), com foco na revisão do planejamento (Brasil, 2005; Haesbaert, 2005, 2006; Raffestin, 1993; Santos, 1998, 2006), que apresentam uma leitura sobre o território; e Bezzi (2004) que aborda as disparidades espaciais com a chegada da globalização.

## **O TERRITÓRIO, ARENA DA URBANIZAÇÃO**

O território como um conceito acessório do espaço geográfico, juntamente como o lugar, a paisagem e a região, pode gerar confusão ou até mesmo ser usado como sinônimo por alguns. Por exemplo, uma região pode ser definida como um agrupamento de municípios com características internas semelhantes e diferenças significativas em relação às regiões externas (Bezzi, 2004), que frequentemente desempenham um papel político-administrativo em um território.

Haesbaert (2005, p. 15) sugere que "Território e região, como dois conceitos-chave da Geografia, devem ser inseparáveis e até mesmo indissociáveis". As representações em si colocam os dois conceitos lado a lado nas discussões teóricas e conceituais de diversos autores de várias áreas do saber.

Em relação ao território, ele une a escala física e abstrata, indo além das fronteiras que lhe são impostas. Conforme aponta Santos (2006, p. 14), "[...] o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si". É uma categoria analítica que pode explicar a complexidade do mundo. "[...] um campo privilegiado para análise, na medida em que, de um lado nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso" (Santos, 2000, p. 9).

O território não se limita apenas à sua delimitação tangível, mas deve ser visto como o produto de uma rede de relações sociais e desiguais formadas ao longo da história, fruto de variados contextos e escalas. Além disso, pode ser formado por circunstâncias e forças internas e externas projetadas no espaço, sujeito a diversas interpretações. Este espaço, segundo Raffestin (1993), vem antes do território, e este originado a partir dele, e resultado de uma ação realizada por um ator que executa um programa em qualquer escala.

Cada segmento do território, seja ele tangível ou intangível, passa por várias interrupções ao longo da evolução social, e cada etapa dessa construção socioespacial atribui um sentido e uma finalidade ao território. Portanto, ocorre uma troca simultânea, na qual o território se origina da sociedade e a humanidade se origina do território.

Do ponto de vista metodológico, o território é submetido aos processos de organização, produção e reprodução, dependendo da mobilidade das forças que o afetam. "Esta multiplicidade ou diversidade territorial, resultante da justaposição ou coexistência simultânea de diferentes tipos territoriais, será caracterizada aqui como a presença de vários territórios ou múltiplas territorialidades" (Haesbaert, 2005, p. 21).

Neste aspecto das múltiplas territorialidades, ocorre a correlação entre essas dimensões sociais e territoriais, que estão vinculadas a outras relações econômicas, políticas e culturais sujeitas a constantes mudanças, enquanto o território passa a adquirir um significado multidimensional neste contexto histórico.

O território precisa ser definido como algo dinâmico, ligado às forças que ele suporta, o que implica em movimento. Para entender o processo de urbanização, precisamos considerar o território como "[...] objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (Santos, 1998, p. 16). Trata-se do espaço humanizado, tanto em termos materiais quanto nas formas e uso, por meio dos atores sociais que propõem variadas formas de usar o território. Para os atores dominantes, sob a força do capital, o território utilizado é um meio para satisfazer seus interesses moldando os espaços a partir de processos como o da urbanização.

A relação de poder que está intrinsecamente ligada às mudanças espaciais é o alicerce da perspectiva que adotamos para compreender o território. Embora reconheçamos que o conceito se transforma, por exemplo, devido às alterações nos mercados de trabalho e às alterações nas funções territoriais impostas pela economia, devemos levar em conta que as áreas urbanas adquirem uma "coerência estruturada" instável (Harvey, 1985), frequentemente confusa, mas ainda assim forte, em sua estrutura política e econômica, mesmo quando distantes dos grandes centros urbanos.

A noção de globalização, difundida no final do século XX, envolve a quebra das fronteiras naturais e artificiais do território, gerando debates sobre esse em constante transformação frente ao processo de globalização. É indiscutível que "É preciso enfatizar que,

com as mudanças contínuas e a globalização, o mundo não permanece o mesmo" (Bezzi, 2004, p. 55).

Este dinamismo se refere ao conceito que emerge das novas formas de organização do território sob a influência da urbanização, especialmente em períodos de capitalismo acelerado, em que "Remover, desfazer e reconstruir as diferenças espaciais, com o objetivo de uma possível uniformização, se tornou uma das características da economia global" (Bezzi, 2004, p. 48).

A urbanização, juntamente com a globalização, confere às cidades "[...] uma nova função no mundo globalizado" (Maricato, 2001, p. 56). Estas forças se manifestam de maneira diversificada, surgindo para reestruturar o território urbanizado, entendendo-o como um conjunto de relações espaciais geradas pela configuração da urbanização, criando um novo desenho desses traços de urbanização no território.

Contudo, ao contrário do que se pensa, o urbano não se limita apenas à área equivalente à cidade. O urbano não se refere à cidade propriamente dita, ou seja, a sua materialidade, mas ao contrário disso, surge com a explosão da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana (Lefebvre, 1991).

O território urbanizado vai muito além dessa delimitação, o que implica que essa urbanização se apropria do território de maneira compacta e frequentemente dispersa. Este processo leva a uma urbanização que ultrapassa o espaço físico, tangível e edificado das cidades, alcançando uma escala muito mais ampla e profunda, incorporando fenômenos como a desconcentração industrial, a globalização e a reestruturação industrial, a diminuição dos ciclos econômicos e a exurbanização das atividades industriais (Meneguello, 2009).

A exurbanização é um conceito promissor neste debate, embora não seja novo. Ele auxilia a compreender as várias dimensões espaciais do processo de urbanização, incluindo as mudanças nas interações com o meio rural e o campo, e pelos variados níveis do território. Há possibilidade de observar os efeitos desse processo como reflexo da criação de distritos industriais ou núcleos residenciais distantes de áreas centrais tradicionais, o que justifica a necessidade de reconsiderar as relações entre o centro e a periferia, em diversas escalas (Beaujeu-Garnier, 1997; Davis; Yeates, 1991; Nelson; Sanches, 1997).

Neste processo, é crucial levar em conta "[...] a habilidade do capitalismo de (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre" (Bezzi, 2004, p. 48), bem como seu impacto nos métodos de produção em grande escala. Portanto, a urbanização penetra no tecido mais íntimo do território, articulando sua influência através das diversas territorialidades, em conformidade com as orientações do processo de urbanização do território, que considera esse espaço como um produto (Santos, 1993).

Observa-se que a globalização do capitalismo permite a reestruturação de espaços em relação ao seu formato original. “Como nos ensina a história, o moderno capitalismo desenvolvido é produto das transformações e superação de antigas formas sociais [...]” (Cano, 2011, p. 3) e a compreensão da estrutura territorial, como base das formas espaciais de ocupação urbana, é influenciada pelo capital financeiro.

Portanto, observou-se um aumento na urbanização no território, que se expressa em diversas escalas e formas. Assim, “As dinâmicas econômicas recentes têm desafiado as cidades a absorver esse crescimento, melhorando suas condições de urbanização de modo a sustentá-lo do ponto de vista territorial” (Rolnik; Klink, 2011, p. 1990). Nesse contexto, várias interpretações positivas e negativas sobre a urbanização do território são possíveis.

É possível afirmar que os séculos recentes têm testemunhado um processo acelerado de transformações no território, resultando em diversas transformações ao longo do tempo. Este procedimento pode ser evidenciado nas novas interações criadas a partir do espaço urbanizado. Assunto a ser abordado posteriormente.

## **O PAPEL DA URBANIZAÇÃO NA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O ritmo de urbanização a partir do século XXI tem evidenciado um aumento de práticas espaciais como a marginalização dos espaços, antecipação espacial e segregação, levando a movimentos como a contraurbanização, inversão da polarização e urbanização diferenciada (Geyer, 1996). Assim, é observado que alguns territórios urbanizados exercerão sua influência sobre os demais territórios menos urbanizados, resultado dessas mudanças que impulsionam as forças produtivas emergentes.

Este processo pode ser notado através dos progressos no planejamento urbano durante os séculos XX e XXI. No entanto, os obstáculos dessa época, especialmente os ligados à organização do progresso da urbanização, têm mostrado velocidades variadas, dependendo de como cada território é utilizado pelo capital. Segundo Rückert (2005, p. 32):

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado; as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à flexibilização dos lugares, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento.

A centralidade urbana também se manifesta neste território que impulsiona a ampliação do espaço construído da cidade, recebendo diferentes intensidades conforme o interesse do



capital. É nesse contexto que o planejamento territorial urbano ignora a distribuição equitativa desses espaços, criando áreas periféricas em vez de áreas voltadas para a incorporação e obtenção de renda da terra, um fenômeno crucial para a perpetuação do capitalismo no qual a urbanização surge como um processo essencial para tal. Nesta situação, o território pode exibir áreas negligenciadas ou guardadas para uso futuro. Portanto, deve-se levar em conta a renda da terra diretamente vinculada à circulação do capital, que se intensificou com a urbanização, possibilitando ao capital operar inclusive nos territórios mais afastados dos grandes centros urbanos (Bezerra, 2020).

Essas mudanças mais recentes evidenciam os desafios causados pelo processo de urbanização do território, frequentemente, descontrolado. Em relação a isso, Vainer (2003, p. 25) afirma que “O reconhecimento de que a pobreza urbana cresce e se instaura no coração mesmo das metrópoles [...]”, assumindo que não há um limite delimitador de como esse processo de urbanização pode se expandir no território.

O resultado será determinado pelo agrupamento dessas várias ordens. Refere-se às alterações geradas pela reestruturação urbana e territorial, onde “[...] a pobreza acabaram contribuindo para chamar a atenção (enfim!) para o fato de que os pobres se distribuem democraticamente por todos os espaços do território nacional, inclusive as metrópoles do Sul e Sudeste do País [...]” (Vainer, 2003, p. 26). O autor alerta para a distribuição democrática dos pobres em todas as porções do território, incluindo junto às metrópoles.

Portanto, as mudanças não se limitam apenas ao espaço concreto do território, em que se estabelecem as relações sociais, econômicas e produtivas, mas também impactam o aspecto abstrato das territorialidades políticas e culturais, que começam a surgir neste novo contexto, e principalmente as relações socioespaciais formadas através das novas configurações espaciais emergentes.

A variedade dessas mudanças impacta fortemente o território, pois, “[...] é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (Maricato, 2001, p. 51). A relação entre a cidade, o ambiente urbano, o território e o seu desenvolvimento é estreita.

Em uma perspectiva ampla do território urbanizado, a sua constituição e transformação afetam a identidade do mesmo, uma vez que “[...] a condição urbanística tem se deteriorado muito” (Maricato, 2001, p. 119), fortemente associada à intensidade e à forma como esse processo será estimulado.

Portanto, de acordo com Vainer (2003, p. 26), “[...] todo e qualquer projeto de cidade está ancorado, inclusive aqueles mais conservadores, de maneira explícita ou implícita, em



uma utopia". A utopia urbana busca projetar o modelo de cidade ideal, focando verdadeiramente na promoção do bem-estar social, crucial nessas circunstâncias.

Vale ressaltar que a natureza do fenômeno urbano é regida pelo tempo. Este processo pode ocorrer em larga escala e num curto intervalo de tempo, provocando uma significativa alteração no território natural. No entanto, também pode ocorrer de maneira difusa e contínua pelo território, dependendo das inerências sociais e espaciais presentes nessas regiões.

Portanto, como Alves (2017) aponta, torna-se imprescindível um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano e territorial, em consonância com a Política Nacional de Ordenamento Territorial (Brasil, 2005, p. 3) ao estabelecer que o Ministério das Cidades "[...] absorve atribuições sobre o zoneamento urbano e a elaboração de planos diretores Municipais, ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário [...]", com o objetivo de ordenar e planejar o avanço do urbano sobre o território.

Na realidade, o espaço urbano sofre uma série de transformações estruturais e profundas, até que se adeque ao que lhe é imposto e proporcione condições adequadas para os atores sociais desenvolverem seus interesses. Neste contexto, há uma "[...] procura pela arena mais conveniente para os agentes hegemônicos perseguirem seus objetivos político-econômicos" (Cano, 2011, p.12), nos mais diversos níveis e contextos.

É importante compreender a urbanização como um processo que levou à formação das cidades no território, ricas em conteúdo, forma, função e processo (Santos, 2008), e sua compreensão é essencial para esse debate.

Ao analisarmos as transformações no Brasil nas últimas décadas, essa dinâmica tem evidenciado a aceleração do processo de urbanização, que alterou significativamente a paisagem e a vida das pessoas que residem também em regiões distantes dos grandes centros urbanos. No entanto, Bezerra (2020) aponta que, sem negligenciar a importância relativa das sedes dos pequenos municípios do interior e seus espaços rurais, estes se transformam em aglomerações rurais que se estendem para a cidade na configuração do tecido urbano-regional.

Para além do fenômeno da metropolização no Brasil, a análise da urbanização do território nos possibilita identificar a continuidade de certos padrões urbanos regionais, com as capitais estaduais mantendo-se no comando da rede urbana nacional (O'Neill, 2010). Contudo, o que temos notado nas últimas décadas é a emergência de uma nova estrutura econômica, política e social, apropriada para este momento histórico, caracterizada pela modernização e descentralização das atividades. Além disso, temos o aumento da pobreza e desigualdade, antes confinadas aos grandes centros metropolitanos (Simões; Amaral, 2011).

Este novo período, marcado pela globalização econômica, permitiu uma nova estruturação territorial, resultando em novas regionalizações. Isso ocorreu tanto em regiões tradicionalmente concentradas em recursos econômicos e população, como no Sul e Sudeste

do país, quanto em regiões menos populosas do Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (Bezerra, 2020).

A essência dessa urbanização deve ser entendida como um processo guiado pelas realidades de cada porção do território criado pela sua intervenção. De acordo com Sposito (2007), ainda devemos considerar a urbanização como uma expressão da cidade, que, nos tempos modernos, está cada vez mais repleta de práticas relacionadas ao sistema de produção capitalista. Atualmente, a diversidade urbana alcança diversos níveis devido à reprodução do capital, tanto em áreas metropolitanas quanto em áreas não metropolitanas, permitindo a valorização do território.

Dentro dessa recente mudança, nos deparamos com um intenso processo de reorganização territorial, evidenciado principalmente pela dispersão de grandes atividades econômicas e pelo aumento excessivo da população urbana (Araújo, 2014). Adicionalmente, enfrentamos a emergência de novos padrões de relações sociais de produção e de estilo de vida que extravasam o limite da cidade (Bezerra; Silva, 2018).

Fonseca e Salomão (2017, p. 9) apontam que isso evidencia o avanço da urbanização sobre áreas tidas como rurais, onde “[...] seus defensores delegavam os males da civilização aos processos de industrialização e urbanização a que se assistiam no Brasil do final do século XIX [...]”, evidenciando uma característica típica do urbano, que é a busca constante por novos territórios, independentemente da origem e de sua formação.

Este novo estágio da urbanização possibilita a união entre o campo e a cidade, como pode ser observado como exemplo no caso do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, “[...] com conflitos fundiários exacerbados, com uma ruralidade muito específica, ao lado de uma urbanização problemática, difusa e metropolizada” (Brandão, 2019, p. 273). No entanto, essa não é uma situação exclusiva dessas áreas, mas uma realidade que afeta todo o território brasileiro (Bezerra; Silva, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos ponderar sobre a urbanização como processo indispensável para entender o território hoje. Podemos afirmar que o território reflete o que lhe é atribuído ao longo do tempo, podendo levar anos para sofrer alterações, mas também pode sofrer mudanças estruturais significativas em um curto tempo.

O território é o resultado de um processo histórico e o espelho do capitalismo, globalização, agentes sociais, modernização, urbanização e da influência do tempo sobre ele. Este novo nível de urbanização possibilita que o território urbanizado seja composto por diversos agentes que ajudam a moldar o território.

Nesta visão, o território urbanizado é resultado de uma construção histórica, refletindo o sistema capitalista, o progresso da globalização, os atores sociais, a modernização, a urbanização e a influência do tempo. Assim, podemos constatar a persistência do território, que pode ser creditada à sua capacidade contínua de renovação e reorganização.

Sendo também um local de resistência e de descoberta de novos caminhos, podemos afirmar que não há barreiras físicas, o que evidencia vantagens em sua apropriação e uso. Por essas razões, as novas configurações que o território adquire surgem na contemporaneidade.

Iniciamos com a compreensão de que o impacto dessa dinâmica urbana e territorial leva a uma fragmentação do espaço, onde surgem os produtos resultantes da ação desses mecanismos nas áreas urbanas. Isso ordena o surgimento de centros espaciais de forma complementar às periferias presentes nos centros urbanos.

Portanto, considerando o conjunto de estudos sobre a urbanização nas últimas décadas, é possível considerar as profundas mudanças decorrentes desse processo no território. O processo de desenvolvimento urbano e territorial não é um fenômeno limitado ao período da globalização e do neoliberalismo capitalista, mas sim um conjunto de circunstâncias que sustentam suas formas e dinâmicas ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cíntia de Sousa. **A tentativa de uma política nacional de ordenamento territorial no Brasil: a PNOT (2003-2009)**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.16.2018.tde-12122017-152346>.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas: caderno 19. *In*: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; MARTINS, Helena Maria; SILVA, Lastres Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 539-560.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Géographie urbaine**. Paris: Armand Colin, 1997.

BEZERRA, Josué Alencar. Rede urbana interiorizada: novas conformações no território nordestino brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 32, p. 392-403, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-43437>.

BEZERRA, Josué Alencar; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-13, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17019>.

BEZZI, Meri Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. *In*: SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (org.). **Desigualdades regionais**. Salvador: Bigraf, 2004. p. 39-87. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep\\_67.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_67.pdf). Acesso em: 23 maio 2024.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século 21. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São

Paulo, v. 21, n. 2, p. 258-279, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: ordenar na era da globalização. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\\_territorial.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf). Acesso em: 27 maio 2024.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 57-76, jan./mar. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31571989-1236>.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

DAVIS, Suzanne; YEATES, Maurice. Exurbanization as a component of migration: a case study in Oxford County, Ontario. **The Canadian Geographer**, Oxford, v. 35, n. 2, p. 177-186, June 1991. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1991.tb01285.x>.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-20, ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272125>.

GEYER, Hermanus. Expanding the theoretical foundation of decentered urbanization. **Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie**, Bethesda, v. 87, n. 1, p. 44-59, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.1998.tb01536.x>.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: ordenar na era da globalização. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 15-29. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\\_territorial.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

HARVEY, David. **The urban experience**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. Planejamento para a crise urbana no Brasil. In: MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 47-124.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Palheira: Assafarge, 2009. p.127-138.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NELSON; Arthur C.; SANCHES, Thomas W. Exurban and suburban households: a departure from traditional location theory?. **Journal of Housing Research**, Washington, D.C., v. 8, n. 2, p. 249-276, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24833642>. Acesso em: 27 maio 2024.

O'NELL, Maria Mônica. Rede urbana. In: IBGE. **Atlas nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 261-272.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 89, p. 89-109, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. O processo de reforma do Estado e a política nacional de ordenamento territorial. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: ordenar na era da globalização. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 31-39. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\\_territorial.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 23., 2000, Florianópolis. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2000. p. 1-13. Disponível em: [https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SIMÕES, Rodrigo; AMARAL, Pedro V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **Economia**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 553-579, set./dez. 2011. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p553\\_579.pdf](https://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p553_579.pdf). Acesso em: 27 maio 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/173/149>. Acesso em: 20 maio 2024.

**Recebido:** março de 2025.

**Aceito:** junho de 2025.